

—☆ continuação

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras da Fábrica de Papel da Amazônia S.A.

3.9. Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") correntes: O imposto de renda e a contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias, vigentes na data do balanço, dos países onde a Companhia atua e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. **3.10. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. **3.11. Reconhecimento da receita:** A Companhia adotou a IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contratos com Clientes em 1º de janeiro de 2018, que resultou em mudanças nas políticas contábeis, optando pelo método de transição modificado, cujos números comparativos não foram reapresentados e não foram identificados ajustes materiais naquela data devido a esta nova norma. A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos são transferidos ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto. Nos exercícios anteriores, a receita de vendas foi reconhecida quando seus valores pudessem ser mensurados de maneira confiável, riscos e benefícios significativos inerentes ao produto foram transferidos para o comprador, ou seja, a Companhia deixou de ter qualquer relação com os produtos vendidos e foi provável que os benefícios econômicos seriam gerados para a Companhia. As receitas operacionais das vendas de produtos foram apresentadas pelos seus valores líquidos, excluindo impostos, devoluções, descontos incondicionais e bonificações aos clientes. **3.12. Arrendamento:** Os contratos de arrendamento mercantil operacional (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos no resultado do período quando do pagamento das parcelas do contrato. **3.13. Estimativas, julgamentos e premissas contábeis relevantes:** Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas, julgamentos e premissas contábeis com relação ao futuro que afetam a aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia revisa suas estimativas e premissas de forma contínua e qualquer alteração em suas bases são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos e premissas utilizadas na aplicação das políticas e práticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e que têm risco significativo de resultar em um ajuste material estão apresentadas a seguir: i) Vida útil e valor recuperável de ativos tangíveis: A vida útil dos ativos tangíveis relevantes foi definida por peritos independentes e nas especificações dos fabricantes das máquinas e equipamentos, no nível de operação das plantas industriais e na qualidade da manutenção preventiva e corretiva. Caso ocorram eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros, a Administração realiza uma reavaliação e ajusta sua vida útil de acordo com a nova perspectiva. ii) Contingências: A Companhia está envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários. A provisão para processos judiciais é constituída com base na avaliação da Administração e na opinião dos advogados internos e externos, e está sujeita a um alto nível de julgamento. **3.14. Novas normas vigentes a partir de 2019: 3.14.1. CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil:** Esta norma substitui as orientações existentes na IAS 17, e determina essencialmente que os arrendatários passam a ter que reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso do bem arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, assim contratos de arrendamento financeiro e operacional passam a ter o mesmo tratamento contábil, ficando fora do escopo dessa

nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia irá adotar a IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019 usando uma abordagem retrospectiva modificada que resulta na aplicação prospectiva da norma. A abordagem retrospectiva modificada não requer a atualização das informações contábeis do período anterior. Na adoção do IFRS 16, a Companhia reconhecerá os passivos de arrendamento em relação aos contratos que atendem a definição de arrendamento, de acordo com os princípios da nova norma. Esses passivos serão mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados com base na taxa de empréstimo incremental em 1º de janeiro de 2019. Os ativos associados ao direito de uso serão mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019, sem impacto nos lucros acumulados. Na adoção inicial, a Companhia utilizará os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma: de 2018, e os números comparativos não são alterados para refletir a prática contábil adotada pela Companhia. a) O uso de uma taxa de desconto única para uma carteira de arrendamentos com características razoavelmente semelhantes; b) Os contratos de arrendamento cujo prazo de vencimento ocorrerá em até 12 meses da data de adoção inicial da norma, a contabilização será como arrendamentos de curto prazo (diretamente no resultado); c) A contabilização de pagamentos de arrendamento como despesas no caso de arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor; e d) O uso da percepção passada na determinação do prazo de arrendamento, quando o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir a locação. A adoção da norma resultará no reconhecimento de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento no montante estimado de R\$ 3.372.648 em 1º de janeiro de 2019. Os montantes apurados até o encerramento destas demonstrações financeiras que representam um acréscimo no passivo e no ativo de direito de uso, estão abaixo apresentadas:

Classe de Ativo	Valor Presente do Passivo (a)	Taxa de Desconto (b)
Imóveis	2.092.481	5,78%
Máquinas e Equipamentos	1.280.167	5,13%
Total	3.372.648	
Curto Prazo	1.275.649	
Longo Prazo	2.096.999	
(a) Passivo Líquido de impostos; (b) Para determinação das taxas de desconto foram obtidas cotações junto a instituições financeiras para contratos com características e prazos médios semelhantes aos contratos de arrendamento.		

3.14.2. IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro: A norma esclarece a forma de contabilização de posições fiscais relacionadas ao Imposto de Renda e Contribuição Social. Esta norma é aplicável quando há incertezas quanto à aceitação do tratamento pela autoridade fiscal. Se a aceitação não for provável, os valores de ativos e passivos fiscais devem ser ajustados para refletir a melhor resolução da incerteza. A IFRIC 23 não introduz novas

divulgações, mas reforça a necessidade de cumprir os requisitos de divulgação existentes sobre (i) julgamentos realizados; (ii) premissas ou outras estimativas utilizadas; e (iii) o impacto potencial de incertezas que não estejam refletidas nas demonstrações financeiras. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia está avaliando as mudanças introduzidas por esta nova norma e a adoção será feita em 2019. **4. Instrumentos Financeiros e Riscos:** **4.1. Gerenciamento de riscos financeiros:** **a) Visão Geral:** A Administração da Companhia está voltada para a geração de resultados consistentes e sustentáveis ao longo do tempo. Fatores de riscos externos relacionados a oscilações de preços de mercado, variações cambiais e de índices macroeconômicos podem introduzir um nível indesejado de volatilidade sobre a geração de caixa e resultados da Companhia. Para administrar esta volatilidade, de forma que não distorça ou prejudique o crescimento consistente no longo prazo, a Suzano dispõe de políticas e procedimentos para a gestão de riscos de mercado. O processo de gestão de riscos de mercado compreende as seguintes etapas sequenciais e recursivas: (i) identificação dos fatores de riscos e da exposição do valor dos ativos, fluxo de caixa e resultado da Companhia aos riscos de mercado; (ii) mensuração e comunicação dos valores em risco; (iii) avaliação e definição de estratégias para Administração dos riscos de mercado; e (iv) implementação e acompanhamento da performance das estratégias. Os principais fatores de riscos financeiros considerados pela Administração são: • Risco de liquidez; • Risco de crédito; • Risco de taxas de juros; **b) Avaliação:** As operações com instrumentos financeiros de maior liquidez estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e apresentadas abaixo. Durante o exercício não houve nenhuma reclassificação entre as categorias.

	Nota	2018	2017
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras		231	291
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.391	42.120
Contas a receber de clientes	6	51.101	51.589
		57.723	94.000
Passivos			
Custo amortizado			
Fornecedores	12	54.522	21.838
Empréstimos e financiamentos	13	21.975	27.388
		76.497	49.226

c) Valor justo versus valor contábil: A comparação entre o valor justo e o valor contábil dos instrumentos financeiros em aberto pode ser assim demonstrada:

		2018	2017
Passivos	Nota	Valor Contábil	Valor Justo
Empréstimos e financiamentos (a)	13	21.975	22.146
		27.388	28.723

(a) Circulante e não circulante. * Os demais instrumentos financeiros possuem os saldos contábeis próximos ao valor justo. **4.2. Risco de liquidez:** A Companhia tem o direcionamento de manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo honrar os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto que o excedente é investido em aplicações financeiras de alta

liquidez. A seguir é apresentada a maturidade dos passivos financeiros com liquidação em caixa, incluindo estimativas de pagamentos de juros e variação cambial, referentes ao prazo restante na data-base das demonstrações financeiras até o prazo de vencimento contratual. Os valores abaixo divulgados são os fluxos de caixa não descontados contratados e, portanto, podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

		2018	2017
Passivos	Nota	Valor Contábil Total	Valor Futuro Total
Fornecedores	12	54.522	54.522
Empréstimos e financiamentos	13	21.975	21.975
Outros passivos		3.281	3.281
		79.778	79.778
		59.552	5.310
		7.987	6.929
		52.679	52.679
		28.810	8.656
		9.298	5.915

continua—☆